

DINHEIRO DOS MUNICÍPIOS

Cidades brigam por ICMS maior

Maioria das cidades quer que petróleo não influencie repartição das receitas do imposto

/// RITA BRIDI
rbridi@redegazeta.com.br

A receita gerada pelas atividades da indústria petrolífera, que concentra muito dinheiro para os cofres de poucos municípios, é também motivo de reclamação por parte da maioria das cidades capixabas. Os representantes da maioria dos municípios que, a cada ano, veem minguar os repasses do ICMS querem mudanças na legislação para evitar a concentração de receitas para poucos e perda de dinheiro para muitos.

O motivo da discórdia e da preocupação da maioria dos municípios capixabas é o VAF, especificamente do petróleo, sigla do Valor Adicionado Fiscal. O pequeno nome, que traz gigantesca preocupação para a maioria dos gestores municipais, significa a riqueza gerada pelas empresas nos territórios dos municípios.

Um estudo elaborado por representantes das prefeituras de Vitória, Serra, Cariacica e Vila Velha mostra o impacto do VAF do petróleo na distribuição do ICMS entre as cidades capixabas. A distorção é grande e tende a aumentar nos próximos anos com o crescimento da produção de pe-

PREFEITOS FALAM



“Do jeito que está a tendência é uma distorção cada vez maior, e não adianta trabalhar para melhorar o valor adicionado, porque o resultado não virá”

AUDIFAX BARCELOS
PREFEITO DE SERRA



“É incoerente computar o valor da transferência do petróleo para as refinarias. Os municípios querem que o VAF do petróleo não seja considerado”

DALTON PERIM
PRESIDENTE DA AMUNES

tróleo e gás, alerta o prefeito de Serra, Audifax Barcelos.

POPULAÇÃO

O prefeito destaca que os municípios mais populosos são os mais prejudicados com a perda de receita. “Estamos vendo que a Grande Vitória, que é onde está 50% da população do Estado, é a região que mais perde receita”, reclama.

“O rápido e forte crescimento da produção capixaba de petróleo é um ingrediente novo que vem alterando abruptamente a configuração da distribuição do ICMS dentre os municípios capixabas”, diz um dos trechos do documento que já foi entregue ao secretário estadual de Fazenda, Maurício Duque. Mas ainda não há sinais de que o governo vá atender o pedido dos municípios.

O VAF é um dos critérios utilizados pela Secretaria da Fazenda para a definição do Índice de Participação dos Municípios (IPM). E é o IPM que define o percentual de cada município, o tamanho da fatia do bolo do ICMS que cabe a cada cidade. Até aí, nenhuma reclamação.

Mas, quando se fala do VAF do petróleo, a situação muda muito. O VAF do petróleo é resultado da operação de transferência do petróleo extraído dos campos para as refinarias. “O transporte do produto é uma operação que não

QUEM PERDE, QUEM GANHA

▼ Veja o impacto da exclusão do VAF referente à transferência de petróleo bruto do índice que é utilizado para repartir o dinheiro do ICMS no Estado.

Município	R\$ (ganhos e perdas)
Vitória	+36,5 milhões
Serra	+25,3 milhões
Cariacica	+12,6 milhões
Vila Velha	+11,4 milhões
Cachoeiro de Itapemirim	+5,8 milhões
Colatina	+3,1 milhões
Viana	+2,2 milhões
Guarapari	+1,3 milhões
Santa Maria de Jetibá	+1,2 milhões
Nova Venécia	+ 1 milhão
Barra de São Francisco	+ 900 mil
Piúma	-800 mil
Jaguaré	-900 mil
São Mateus	-3,3 milhões
Marataízes	-4,3 milhões
Anchieta	-5,1 milhões
Aracruz	-21,5 milhões
Linhares	-22,5 milhões
Itapemirim	-58,9 milhões

agrega valor algum para o Estado e municípios”, argumenta Barcelos.

O presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim diz que “o valor da transferência do petróleo para refinaria não pode ser considerada uma transação comercial”.

A solução, apontam Barcelos e Perim, seria desconsiderar o VAF do petróleo no cálculo do IPM, como já fazem os Estados de Santa Catarina e

Rio de Janeiro. A mudança, argumenta, não prejudicaria os municípios produtores de petróleo, que já têm assegurada sua receita com os royalties.

E os municípios que não são produtores de petróleo, por sua vez, não seriam prejudicados com a perda de receita. Na avaliação de Perim, os municípios que mais concentram a receita do ICMS não perderiam, deixariam de acumular a receita que é retirada das demais cidades.

ENTENDA

▼ O que é

O Valor Adicionado Fiscal (VAF) é a riqueza gerada pelas empresas nos territórios dos municípios

▼ Petróleo

O crescimento acentuado da produção de petróleo e gás vem alterando fortemente a configuração da distribuição de ICMS entre os municípios capixabas

▼ Evolução

No período de três anos, o VAF da extração de petróleo mais que dobrou. Passou de R\$ 4,46 bilhões em 2010 para R\$ 9,99 bilhões em 2012

▼ Distorção

O volume de recursos do ICMS movimentado pelo VAF do petróleo é tão significativo que – a continuar como está o critério –, sozinho, superará a soma do ICMS transferido para 35 municípios

▼ Alternativas

▼ Exclusão do VAF do petróleo da apuração do IPM

▼ Desconsiderar o VAF referente à transferência de petróleo bruto para estabelecimento da mesma empresa

▼ Compensação do governo estadual para os municípios que perdem receita